



CASO JANAÍNA: estudo da atuação do jornalismo independente do *O Piauiense* e do *O Estado do Piauí* e seus reflexos nas políticas públicas de combate ao feminicídio¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo geral de analisar a ética do jornalismo dos periódicos “O Piauiense” e “O Estado do Piauí” ao noticiar o crime de feminicídio e seus reflexos nas políticas públicas. O método de análise usa referencial teórico das ciências sociais, combinado à pesquisa social aplicada documental e qualitativa. A importância do artigo reside no fato de que o jornalismo redimensiona histórias, especialmente quanto à mulher negra e pobre vítima de feminicídio dentro da estrutura hetero-patriarcal-racista-capitalista, do Brasil, tendo como referência o feminicídio de Janaína Bezerra. Por meio de elementos técnicos e estilísticos há possibilidade de evitar contradições e práticas de condutas inapropriadas produtoras de ruído sobre a condução de políticas públicas para o crime de feminicídio. Usa-se o paradigma da interseccionalidade para a contextualização das opressões.

Palavras-chaves: feminicídio; jornalismo; ética; políticas públicas; interseccionalidade.

ABSTRACT

This article has the general objective of analyzing the ethics of journalism of the periodicals “O Piauiense” and “O Estado do Piauí” when reporting the crime of femicide and its reflections on public policies. The analysis method uses the theoretical framework of the social sciences, combined with documental and qualitative applied social research. The importance of the article resides in the fact that journalism re-dimensions stories, especially regarding the poor black woman victim of femicide within the hetero-patriarchal-racist-capitalist structure of Brazil, having as reference the femicide of Janaína Bezerra. Through technical and stylistic elements, it is possible to avoid contradictions and inappropriate conduct practices that produce noise about the conduct of public policies for the crime of femicide. The intersectionality paradigm is used to contextualize oppressions.

Keywords: femicide; journalism; ethics; public policies; Intersectionality.

¹ Brenna Galtierrez Fortes Pessoa, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil. Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI), em Teresina, PI, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: brennagaltierrez@hotmail.com



público, a saber: o *site* do portal “O Estado do Piauí” e do portal “O Piauiense” e suas respectivas redes sociais, via instagram.

A importância do artigo reside no fato de que, a depender do conteúdo textual, pode-se redimensionar totalmente o viés de uma história, em especial relacionada à mulher negra e pobre, morta por feminicídio, marginalizada em relação às bases de características hetero-patriarcal-racista-capitalista, que sustentam o Brasil, tomando como referência o recente caso de feminicídio de Janaína Bezerra, estudante vítima de feminicídio dentro do campus da Universidade Federal do Piauí. A análise será feita sob o paradigma da interseccionalidade.

2 O JORNALISMO E A ATENÇÃO TEXTUAL COM A NOTÍCIA

Realizar qualquer pesquisa, em especial aquelas que consistem em coletar informações, deve ocorrer com rigor científico, o que pressupõe ferramentas que contribuam para detecção de erros, com preocupação ética sobre perguntas a serem evitadas. Também há *copycats* (em tradução, literal “gatos que copiam”), expressão utilizada por Diniz (2018), que significa plágio.

Acredita-se que certos dilemas éticos possam ser minimizados com autoética em quaisquer meios (físico, impresso ou eletrônico). Assumimos que questões éticas e morais constituem-se de modo conjunto, na medida em que se compreende o terreno prático/cotidiano, esperando que coexistam os valores de cunho existencial, moral, ético, social, histórico e cultural nas suas aplicações.

Dessa forma, é preciso estar atento às consequências do “vale tudo” para descrever fatos sociais, seja na ciência ou na comunicação. Quem vai garantir de fato credibilidade externa e legitimação perante os fatos e os relatos são boas práticas éticas e morais. Tal confiabilidade trará segurança para aquele(a) pesquisador(a) ou pessoa dotada de informações, validando a comunicativa ao tempo que valoriza, por parte do(a) pesquisador(a)-informante, o não exercício de uma autoridade absoluta



acerca da temática.

De modo geral as editorias de jornalismo, em especial o jornalismo independente, com poucos jornalistas ou até unitários, estão localizadas em redes sociais. Esses jornalistas de redes sociais conseguem perceber como as postagens incidem nas estruturas organizacionais e hierárquicas das notícias. A empresa-jornalismo decodifica as notícias para quem consome, reforçando a mesma linearidade de um discurso que se retroalimenta.

Temos como uma demonstração disso o caso Eloá Pimentel, em que as informações se condensam na construção midiática de entretenimento, ganhando ares de sensacionalismo a cobertura, até a morte da adolescente em 2008 (CARVALHO; MOURA, 2021). Com isso, a notícia, que forneceria compreensão do ocorrido, traz consigo uma carga de subjetivação que impacta o senso comum, gerando a *posteriori* muitas análises e estudos a respeito das controvérsias do jornalismo e como a forma de enunciação pode ter contribuído para o fim trágico de Eloá Pimentel (GUELLIS, 2020).

Houve uma notável flexibilização do valor da notícia nas práticas jornalísticas: importa ser o primeiro a comunicar “furos de reportagem”. Devido a esta disputa, notícias bastante curtas sobre o que aconteceu são postadas. A depender do grau, não há tempo para uma elaboração de crítica profunda, resultando em um único ponto de vista, olhar reduzido sobre o tema percebido ao observar analiticamente o texto jornalístico a ser estudado, formação de estilos nem sempre coerente com a moral e com a ética (GRUPILLO, 2018).

A escrita em geral exige dedicação, ordenação lógica e processo de reflexão. A produção da escrita exige atenção com planejamento do trabalho, amadurecimento. Segundo Certeau (1982):

[a] construção de uma escrita (no sentido amplo de uma organização de significantes) é uma passagem, sob muitos aspectos, estranha. Conduz da prática ao texto [...]. A primeira imposição do discurso consiste em prescrever



como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada, ou mesmo um ponto de fuga da pesquisa [...] Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar. [...] Por esses poucos traços – a inversão da ordem, o encerramento do texto, a substituição de um trabalho de lacuna por uma presença de sentido – pode-se medir a ‘servidão’ que o discurso impõe à pesquisa. (CERTEAU, 1982, p.94).

O jornalismo também é pesquisa. Com isso, precisa pensar métodos de estruturação, compondo uma base mínima, entendendo aspectos éticos: chega-se a conclusões, mas sabendo que estas são parciais. A compreensão de que a realidade está sempre em movimento, pela natureza cambiante do que não se conseguiu captar e do que é inesgotável, é crucial.

Considerando que a função autor sofreu variação ao longo do tempo (FOUCAULT, 2009), de modo que, atualmente, na sociedade informatizada, essa pergunta sobre o autor poderia ser reproduzida com alguns acréscimos: “o que é um autor e como se forma um autor no contexto de uma sociedade em que a tecnologia digital transforma a linguagem num elo virtual entre homem e o mundo?” (SILVA, 2018, p. 357). Assim, destaca Silva (2018) que:

[...] a informação e os textos, nos tempos atuais, se encontram cada vez mais à mão, como um convite ao sujeito para mergulhar nos labirintos hipertextuais, para o exercício e a difusão da escrita ou para forjar comouseu apenas um excerto, um parágrafo ou mesmo um todo um texto, mediante cópia não autorizada. (SILVA, 2018, p. 357).

Isso pode ser feito por meio de elementos técnicos e estilísticos que evitem contradições e práticas de condutas ecléticas, que podem produzir ruído, podendo refletir na forma de pensar as políticas públicas de combate ao feminicídio. Para entender este raciocínio pressuposto, é utilizado como objeto de estudo o caso Janaína da Silva Bezerra, de 22 anos, que, na manhã do dia 28 de janeiro de 2023, foi encontrada morta pela Coordenadoria de Segurança e Vigilância, nos arredores da sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE), localizado na Universidade Federal



do Piauí, no Campus de Teresina.

Em nota, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) informa que o fato está ligado à realização da calourada que ocorreu sem autorização de qualquer autoridade da Universidade (UFPI, 2023). O suspeito de autoria principal do crime foi o estudante de mestrado em matemática da UFPI, Thiago Mayson da Silva Barbosa, de 29 anos, preso em flagrante.

3 O DESTAQUE DA NOTÍCIA DO FEMINICÍDIO DE JANAÍNA SOB A PERSPECTIVA DO JORNALISMO DO “O PIAUIENSE” E “O ESTADO DO PIAUÍ” E SEUS REFLEXOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O jornalismo é um importante eixo de contribuição para construção da realidade, refletindo em conjunto com a sociedade. Assim, será analisada a conduta ética e moral do jornalismo independente ao noticiar o crime de feminicídio e seus reflexos sobre as políticas públicas.

Com isso, é importante entender os diferentes olhares daqueles que noticiam, especialmente interpretando o modo como são captados pelos seus leitores. Em razão disso, é possível perceber que há uma linha de raciocínio não transcrita de forma expressa, mas que permite atender o interesse de determinado perfil de leitor, detectado por aquele(s) que edita(m) as matérias (LIMA *et al.*, 2022).

É preciso considerar, primeiramente, quem foi a vítima do crime noticiado: Janaína era mulher e negra – mulher, negra, periférica, universitária e poetisa. Não obstante, a interseccionalidade que atravessa a identidade de Janaína não é o encontro de qualquer identificação ou a soma de características, como diz Akotirene (2019), mas, sim, marcos hegemônicos de intersecções que são profundos e enraizados na sociedade.

A interseccionalidade, paradigma de análise utilizado neste escrito, é um



conceito da escritora e ativista estadunidense Kimberlé Crenshaw (CRENSHAW, 2020). É preciso localizar a interseccionalidade, pois existem certas questões nominais que se relacionam como ruas e avenidas em um mapa, metáfora usada por Akotirene (2019), desenvolvidas por dois tipos: as de nascimento e as comportamentais.

A interseccionalidade é uma lente, como define Lorde (2019): corpos interseccionais não podem discutir a raça separada de gênero, nem de classe, pois não existe hierarquia de opressão. Corpos de pessoas negras e indígenas foram colonizados por europeus e são assombrados até os dias atuais com os reflexos da colonização. Vários são os conceitos sobre *corpo*: os estudos feministas, sobretudo, trazem como esse corpo, em especial o feminino, precisa de políticas públicas de enfrentamento ao feminicídio, recomendando uma reconfiguração na forma de olhar para estes corpos femininos dentro da ordem de opressão patriarcal, mas também colonial e capitalista, simbiose elencada também em tese por Saffioti (1987).

De acordo com o Atlas da Violência 2020, relata-se a proporção de mulheres negras vítimas da violência letal de gênero como sendo de 68%, de um universo total das vítimas de feminicídio no Brasil, com queda significativa nas mortes de mulheres brancas. Com isso, percebe-se que existe, de fato, uma considerável disparidade racial entre os assassinatos correspondentes ao contexto racial de mulheres negras.

No que se refere às mulheres indígenas, a situação piora, pois há uma escassez de dados. O problema vai desde ter apenas uma delegacia com um corpo técnico reduzido que relata seus crimes somente em atas manuscritas até o uso de justificativas culturais para defender a violência, dificultando o registro da denúncia e, por conseguinte, a obtenção de dados quantitativos (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020).

A demógrafa Romio (2017) atribui essa ausência (tanto de dados como de políticas públicas específicas), mesmo havendo informações para mulheres negras, ao pacto de cumplicidade firmado entre o racismo institucional e o social, que faz com que mulheres negras e indígenas sejam invisibilizadas. A autora afirma, ainda, que tal



situação ocorre principalmente em países onde há historicamente alta concentração de riqueza nas mãos de poucos, bem como daqueles que possuem concomitantemente elevado grau de disparidade racial, no que se refere aos casos de mortes por violência, como ocorre no Brasil.

Conforme o IBGE (2019), os negros são 75% entre os mais pobres: em contrapartida, os brancos são 70% mais ricos. A exemplo das demais autoras negras, Romio (2017) também é defensora do uso, debate e implementação de políticas específicas na segurança pública para as mulheres negras e mulheres indígenas, com base no conceito de interseccionalidade, pois determinantes sócio-histórico e culturais são fundamentais.

A desigualdade tem como nascente questões sociais, de gênero, de raça e de classe e, por isso, precisa ser superada por meio das políticas públicas: as desigualdades matam mulheres como Janaína ao invisibilizar seu acesso à cidadania. Para analisar e compreender o caso Janaína na mídia jornalística, utilizou-se duas fontes de jornalismo: *O Piauiense*, que se intitula como a maior mídia independente do Piauí; e *O Estado do Piauí*, que se enuncia como um portal que traz um novo olhar sobre o Piauí.

O Piauiense supostamente denuncia corrupção dentro da máquina pública. É um portal que abertamente é mantido por doações, apelando por apoio em seus *posts*; e esporadicamente tem anunciantes. É um jornalismo unitário, apenas um autor escreve e edita as matérias.

Em todas as notícias sobre Janaína, percebe-se que o foco não é a vítima, nem o feminicídio; nada aparece sobre as investigações da Polícia Civil. O jornalista tem notória preocupação em noticiar os passos do DCE, e frisar que a festa é do DCE, que foi onde ocorreu a morte da jovem universitária, na íntegra: “*‘Estudantes’ da UFPI invadem reitoria da universidade. A invasão está sendo defendida pelo DCE que divulgou os vídeos exaltando a manifestação. Após a morte de uma aluna morta em uma festa do DCE [...]*”.



Ele replica uma notícia do portal cidadeverde.com com o título: “*Querem criminalizar calouradas para camuflar o Femicídio, diz líder estudantil*”, na qual ele retruca a notícia, realizando uma paráfrase e apresentando uma pergunta “*Você concorda com estudante da Federal?*”, com cerca de 544 comentários opinativos dos leitores, destacam-se dois divergentes:

“[...] *O que aconteceu na ufpi poderia ter acontecido em qualquer lugar*” (Leitora 3, via publicação na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoDlZPjMgk0/>. Acesso em: 8 mai. 23).

“*Há tantos lugares para festa. Ah! Mas não querem festa de boas-vindas, querem alvoroço, pois todos nós sabemos que drogas ilícitas e álcool rolam com facilidade em tais calouradas*” (Leitora 4, via publicação na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoDlZPjMgk0/>. Acesso em: 8 mai. 23).

Em terceira publicação, *O Piauiense* pergunta “*Você é contra ou favor da proibição de festas dentro da UFPI?*”, com cerca de 270 comentários. O jornalista do *O Piauiense* divulga várias notícias sobre a violência já ocorrida na universidade, como assaltos, assédios e até invasão em sala de aula, frisando que a Universidade Federal do Piauí tem se tornado um ambiente cada vez mais inseguro.

Não obstante, é antiético e imoral dizer que esta violência é algo pertinente à universidade, como algo único e isolado, pois a universidade é parte desta sociedade que é hetero-patriarcal-racista-capitalista. Isso é sabido pela própria produção de conhecimento, que grande parte advém das universidades, como é o caso da Universidade Federal do Piauí, com estudos como este, sobre violência de gênero, visando que sejam assegurados os direitos das mulheres em qualquer espaço que elas estejam inseridas, com soluções que ressaltam a necessidade de adoção de políticas públicas que visam à transversalidade de gênero, objetivando o enfrentamento do racismo, do patriarcado, do sexismo e da misoginia, de modo que muitas pesquisas como essas contribuem para melhoria das políticas de violência de gênero, a partir de estudos aprofundados de pesquisadores sobre a



realidade atual, por isso é importante o fortalecimento da universidade pública gratuita e de qualidade.

Nesse sentido, o gênero é um fio condutor, mas não suficiente para compreender a relação que recai nas leis, nos discursos e nas instituições, uma vez que, apesar da modernidade, ainda há muitos resquícios históricos e culturais, sendo preciso observar o particular de muitas situações, pois muitas coisas simplesmente não mudaram, apenas foram incorporadas à modernização.

Autoras como Piedade (2018) chamam de colonialismo moderno devido aos resquícios encontrados na sociedade capitalista, bem como relacionados ao patriarcado vigente, que forma esse sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista. As pesquisadoras sobre feminicídio, Romio (2017) e Perulero (2020), são unânimes em dizer que a lei só funciona se articulada com políticas públicas. O que fica explícita é a fragilidade dessas políticas, especialmente em cidades pequenas, interioranas e próximas de aldeias indígenas. Um dos motivos para o acometimento do feminicídio é a falta de políticas públicas, espaços que permitam levar adiante as denúncias. Assim, os dados são invisibilizados, o que reflete a falta de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher ainda mais específicas.

É inegável que, em especial nos últimos quatro anos, as recorrentes tentativas de criminalização do ensino público, do básico ao ensino superior, gerando debates reformistas, como nos governos Temer e Bolsonaro. Esse suposto “assédio ideológico” também gravita em torno da “ameaça comunista”.

Com isso, o projeto “Escola sem partido” sofreu duras críticas de pesquisadores da área da educação, a exemplo de Frigotto (2017), que argumenta que a Escola Sem Partido, além de ferir a liberdade de cátedra do professor, contribui para ameaçar a vivência social e liquidar a escola pública enquanto lugar de formação humana. Os autores Guilherme e Picoli (2018) contextualizam tal fato como fenômeno carregado de elementos totalitários. O uso do crime pela mídia para criminalizar a universidade pública está em consonância com esta estruturanegativa (hetero-patriarcal-racista-



capitalista) que, ignorando a misoginia do crime, como se a culpa fosse unicamente do lugar, contribui para opiniões negativas sobre o ambiente universitário.

Também nega evidências sobre o cenário definido para a violência ser o ambiente doméstico, haja vista que 65,6% dos assassinatos de mulheres ocorrem em domicílio. Em razão disso, o crime ganha status de violência doméstica e familiar, cometido em 95% por aqueles que figuram como o ser masculino em suas vidas, podendo ter relações consanguíneas ou não (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Já na abordagem sobre o crime encontrada nas publicações do portal *O Estado do Piauí*, cujas reportagens contam com equipe jornalística, a preocupação reside em trazer em primeira mão quem foi Janaína: “*A escrita negraligada à identidade negra. Precisa-se evitar que chegue perto de invisibilidade*”, resgatando quem foi Janaína, tomando como base seu artigo para a “Calandragem”, periódico do curso de jornalismo UFPI.

Em segunda publicação, três dias depois da morte de Janaína, outra reportagem diz que um grupo de estudantes realizou uma paralisação das avenidas que dão acesso à Universidade Federal do Piauí, informando que o ato ocorreu para que autoridades prossigam com a investigação do crime, e a universidade tome as medidas necessárias para evitar outro caso de assédio ou feminicídio na instituição.

Na referida publicação, destaca-se um trecho de um dos estudantes que se encontrava no ato: “*Nada justifica um estupro violentar uma mulher aqui dentro*”; “*Janaína não é a culpada. A culpa não é da festa. Poderia ser qualquer uma de nós. Não estamos seguras*”⁴, o jornal *O Estado do Piauí* utiliza em todas as postagens referente ao caso a hashtag #justiçaparaJanaína.

Os alunos também exigiram que a UFPI retire a proibição das calouradas. Em

⁴ Matéria publicada no instagram em 04 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoQB7qKPk0d/>. Acesso em: 8 mai. 2023.



quarta e última publicação, “*Flores para Janaína: Amigos, familiares e estudantes – vigília em homenagem à jovem, vítima de feminicídio dentro da UFPI*”⁵, é narrada a vigília. Tanto na primeira como na terceira publicação há foto de Janaína e, na última publicação, destaca-se que foram trazidas flores brancas e amarelas, cartazes e muitas lágrimas. A postagem teve 73 comentários, em sua maioria solicitando justiça à Janaína, e poucos levando o caso da estudante morta por feminicídio pelo viés político-partidário.

Constando também nesta publicação o nome do autor do crime de feminicídio e alguns detalhes, como a de que ela foi estuprada e morta em sala de aula. Destaca-se um comentário de uma servidora pública da instituição que diz: “*Era para esse lugar [universidade] acolher os anseios da Jana, e não ser a estrada final dos seus sonhos*”⁶, lamenta. No local, um altar com fotos, flores e livros preferidos de Janaína, deixados em homenagem à sua memória. Finaliza a notícia dizendo que o pai de Janaína chorou enquanto observava a multidão se aproximando do altar.

Desse modo, a universidade não é campo isolado, ela faz parte da sociedade, por isso apresenta as mazelas desta, fruto das desigualdades estruturantes, estruturais e interseccionais, os quais precisam ser reformulados em múltiplos sentidos nos eixos de interseccionais. Por isso, neste artigo, defende-se a importância de ser ético, moral e contextualizar as notícias do jornalismo.

Precisa-se de um jornalismo explicativo frente à realidade societária brasileira, tal feito é percebido no jornal O Estado do Piauí. É possível colocar opiniões divergentes e convergentes acerca do tema, sem viés tendencioso de deslegitimar uma instituição pública, pois certas distorções tornaram-se ainda mais preocupantes devido à conjuntura de *fake news*; grupos que produzem notícias falsas tornaram-se

⁵ Matéria publicada no instagram em 30 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoD9F3RjFBk/?hl=pt>. Acesso em: 8 mai. 2023.

⁶ Matéria publicada no instagram em 30 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoD9F3RjFBk/?hl=pt>. Acesso em: 8 mai. 2023.



em: 28 abr. 2023.

PERULERO, Marisol Alcocer. Femicídio de afrodescendentes em México?: lo que no se nombra no existe. **ABYA-YALA: Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 163-193, 2020.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Nós, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 357-368, 2008.

SOUSA, João Morais; DE SOUSA, Cidoval Morais. Relatos sobre o curso o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 13, p. 84-92, 2018.

SOUZA, Rosangela Conceição de. **Letramento crítico**: um auto-olhar sobre os preconceitos das minorias sociais em busca de uma prática libertadora. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **NOTA – POR JANAINA DA SILVA BEZERRA**. Teresina, 29 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoAewt2ugIX/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.